



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2026

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP NOS ITENS CUJO VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA SEJA DE ATÉ R\$80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

MODO DE DISPUTA ABERTO

Processo licitatório regido pela Lei N.º 14.133/2021, Lei Complementar N.º 123/2006, Decreto Municipal N.º 177, de 29 de novembro de 2023, Decreto Municipal nº 022, de 03 de Março de 2022 e demais Leis e Decretos que regem a matéria.

Tipo	MENOR PREÇO UNITÁRIO
Objeto	Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema informatizado, por meio de plataforma eletrônica (banco de preços), acessível via internet, destinado à realização de pesquisas, comparação e formação de estimativas de preços para instrução de processos licitatórios, contratações diretas e demais procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal.

SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES

Dia	28/04/2026
Início da Disputa:	9h (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)
Pregoeiro	JEFFERSON PEREIRA OLIVIERA
Plataforma/Site	www.licitanet.com.br

INFORMAÇÕES

Dias	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
Horários	Das 7h às 13h (Horário de Mato Grosso)
Telefones	(65) 9 9925-4815 (WhatsApp e Ligações)
Local	www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br e www.licitanet.com.br
E-mail	licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

RETIRADA DO EDITAL PELA INTERNET

O Edital pode ser obtido no site oficial do Município <www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br>, em Portal da Transparência > Licitações > Licitações em andamento. O licitante interessado é responsável pelo acompanhamento das informações referentes a licitação, como retificações do Edital e eventuais prorrogações da sessão, que serão publicadas nos órgãos oficiais, bem como, na plataforma Licitanet e no site oficial do Município.



SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO (Horário de Brasília - DF):
Recebimento das propostas: A partir da publicação até às 8h59min do dia **28/04/2026**.

Análise de propostas e início da disputa: 9h do dia **28/04/2026**.

Endereço eletrônico da disputa: <www.licitanet.com.br>

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 10/2026

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP NOS ITENS CUJO VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA SEJA DE ATÉ R\$80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

O Município de São José dos Quatro Marcos, através de seu Pregoeiro designado pela Portaria N.º 439/2023, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei N.º 14.133/21, Lei Complementar N.º 123/06, Decreto Municipal N.º 177/23 e demais Leis e Decretos que regem a matéria, farão realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – MODO DE DISPUTA ABERTO**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Este processo licitatório será realizado em sessão pública, por meio eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro do Município, denominado PREGOEIRO e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante na página LICITANET - licitações *on-line* – <www.licitanet.com.br>.

O instrumento convocatório e todos os seus elementos, integrantes ao processo, estarão/encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br>, ícone “Portal da Transparência > Licitações > Licitações em andamento”.

1. DO OBJETO

*1.1. O objeto do presente processo Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema informatizado, por meio de plataforma eletrônica (banco de preços), acessível via internet, destinado à realização de pesquisas, comparação e formação de estimativas de preços para instrução de processos licitatórios, contratações diretas e demais procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal. A licitação será composta de itens unitários, conforme constante do Termo de Referência, **devendo os licitantes atentar-se aos detalhes especificados neste, evitando futuras solicitações de desistência.***

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas com a execução do objeto desta licitação foram estimadas conforme documentos constantes dos autos do processo licitatório: orçamentos com empresas do ramo, onde se tratando de itens com quantidades relativamente mais práticos para a prática de dispensa aos munícipes beneficiados, dificultou o atendimento ao Decreto nº 192 de 12 de dezembro de 2023, onde o mesmo regulamenta os procedimentos de cotação de preços, onde a secretaria demandante optou pela justificativa de acordo com



§ 1º do art. 4 do referido Decreto.

2.2. As despesas correrão à conta de dotação orçamentária consignada da seguinte forma:

ORGÃO	UNID	PROJ/ATIV	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	FICHA	FUNTE
02	04	2023	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	3.3.90	47	500

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação quaisquer interessados que atendam às exigências e condições devidamente estabelecidas por este Edital e que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

3.2. Não poderão participar:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu anexo;
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitações em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei N.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei N.º 14.133/2021.
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nesta condição;
- j) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, quando for o caso;
- k) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.1 O impedimento de que trata o item d será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 1º da Lei N.º 14.133/21).

3.2.2 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas j e k, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



3.2.4 O disposto nas alíneas j e k não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.2.5 A vedação de que trata a alínea h estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei N.º 14.133/2021.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública, via internet, sob sua responsabilidade.

4.1.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <www.licitanet.com.br>;

4.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Plataforma LICITANET.

- a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, conforme tabela abaixo:

30 dias	90 dias	365 dias	PLANO AVULSO
R\$ 161,00	R\$ 341,00	R\$ 827,00	R\$ 107,00

4.3. O *login* e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência junto a LICITANET – Licitações *On-line* ou canceladas por solicitação do mesmo.

4.3.1 A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao atendimento *on-line* (*chat*) do site LICITANET – Licitações *On-line*, sendo enviada para seu *e-mail* a nova senha.

4.4. O sigilo da senha é de **EXCLUSIVA** responsabilidade do licitante.

4.4.1. Inclui-se a esta responsabilidade qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, à Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos - MT ou ao pregoeiro, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso, se for o caso.



4.6. O cadastramento do licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

4.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: **(34) 3014-6633**, **(34) 2512-6500** e **Whatsapp: (34) 2512-6504**, **(34) 2512-6505** e **(34) 2512-6506** ou pelo e-mail <fornecedor@licitanet.com.br>.

4.8. As microempresas ou as empresas de pequeno porte, no momento de seu cadastro, deverão manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o estabelecido na Lei Complementar N.º 123/2006 e ainda suas alterações/inclusões pela Lei Complementar N.º 147/2014.

4.8.1. A **não declaração** do licitante, em referência à Lei Complementar N.º 123/2006 e suas alterações/inclusões pela Lei Complementar N.º 147/2014 caso se enquadre, implicará no **IMPEDIMENTO DO LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA**.

4.8.2 A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

4.9. A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) é/será de responsabilidade EXCLUSIVA dos licitantes interessados.

5. DA APRESENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio da plataforma utilizada para a realização do processo licitatório, a proposta com a **DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS OFERTADOS**, incluindo **QUANTIDADE, PREÇO e MARCA (EXCETO PARA BENS DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA OU PARA SERVIÇOS)**, até o horário limite de início da sessão pública, quando então, encerrar-se-á, automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1. As propostas registradas na “plataforma” **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação do licitante na proposta registrada, esta será **DESCLASSIFICADA** pelo pregoeiro.

5.1.2. No caso de pregão para AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, a coluna referente a indicação de marca **deverá** ficar em branco ou ser inserida a expressão "marca própria".

5.1.3. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão pública de lances. A cada lance ofertado o participante será, imediatamente, informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (R\$).

5.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital, bem como as demais declarações exigidas pela plataforma, que se encontram unificadas no documento denominado **Declaração Única**, firmada no momento de anexar a proposta.

5.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte **deverá** assinalar, em campo próprio, sua condição, sob pena de não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar N.º 123/2006 – e, se for o caso, outras que regem a matéria - durante o certame.

5.5. A falsa declaração relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

5.6. As propostas iniciais ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.6.1. Até 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.



5.6.2. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. O licitante será **inteiramente responsável** por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como, acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.8. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.9. Um licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico, ou financeiro, somente poderá apresentar **uma única proposta de preços**. No caso de um licitante participar em mais de uma proposta de preços, estas propostas serão desconsideradas e rejeitadas pela entidade promotora da licitação.

5.9.1. Para tais efeitos, serão consideradas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5% (cinco por cento)) ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

5.10. Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao Município será elegível para participar deste processo licitatório.

5.11. Nas propostas de preços **REGISTRADAS** no sistema eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

- a) Preço unitário e total para o item, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais.
- b) Na proposta ofertada deverão estar inclusos todos os insumos que a compõem, tais como impostos, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e/ou ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) - conforme o caso -, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

5.12. A proposta registrada implicará em plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.13. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.14. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Identificarem o licitante;
- b) Apresentarem valores/percentuais de desconto simbólicos ou valor/percentual zero;
- c) Não indicarem a marca do produto ofertado (com exceção para produtos de fabricação própria ou serviços);
- d) Contiverem vícios insanáveis;
- e) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- f) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos, desde que insanável.

5.15. Caso julgue necessário, o pregoeiro submeterá a documentação relativa à proposta apresentada pelos participantes à equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos e/ou serviços ofertados.



6. DAS REGRAS APLICÁVEIS A PREGÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP NOS ITENS COM VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DE ATÉ R\$80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)

6.1. Nos termos da Lei Complementar N.º 123/06, artigos 47 e 48, inciso I e DECRETO nº 022, de 03 de Março de 2022, quanto ao “tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado às microempresas de pequeno porte nos processos de licitações públicas no município de São José dos Quatro Marcos-MT”, os itens cujo valor total de referência seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são reservados para participação exclusiva de licitantes enquadrados como ME/EPP, o que não impede das mesmas também apresentar propostas para os itens cujo valor total de referência ultrapasse este teto.

6.2. Os licitantes não enquadrados como ME/EPP poderão apresentar proposta somente para os itens cujo valor total de referência ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme valores constantes do Anexo VI (Relatório do Sistema).

6.3. CASO SEJAM APRESENTADAS PROPOSTAS PARA OS ITENS EXCLUSIVOS POR EMPRESAS NÃO ENQUADRADAS NA CONDIÇÃO DE ME/EPP, AS PROPOSTAS SERÃO, AUTOMATICAMENTE, DESCLASSIFICADAS.

7. DOS BENEFÍCIOS APLICÁVEIS ÀS LICITANTES ENQUADRADAS COMO ME/EPP/MEI

7.1. Para fins de aplicação dos efeitos da Lei Complementar N.º 123/2006, os licitantes enquadrados como ME/EPP deverão declarar sua condição, em campo próprio, no momento de inserir proposta e documentos, nos termos das cláusulas 5.4 e 5.5.

7.1.1. No caso de bens divisíveis, nos itens em que o valor total de referência ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será reservada cota de 25% (vinte e cinco por cento) para a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos da Lei Complementar N.º 123/06, art. 48, inciso III.

7.1.2 O licitante que apresentar declaração falsa **responderá** por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

7.2. Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará de forma automática, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar N.º 123/2006.

7.2.1. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

7.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.3.1. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido para a desistente/a que não manifestou-se.

7.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da



proposta originalmente vencedora do certame;

7.6. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei N.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.7. Persistindo o empate, a proposta vencedora será **sorteada** pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, nos termos da Seção X, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.9. As regras previstas acima referentes ao empate ficto não se aplicam no caso de licitação exclusiva para ME/EPP/MEI.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública desta licitação, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, em plataforma eletrônica, que poderá ser acesso em <www.licitanet.com.br>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá, exclusivamente, por troca de mensagens, em campo próprio, do sistema eletrônico.

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

8.4. Devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, **o pregoeiro não atenderá ao telefone para responder questões inerentes ao presente processo licitatório.**

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Somente os licitantes que apresentarem proposta de preços em consonância com o que dispõe o Edital poderão apresentar lances para o item ou lote cotado, exclusivamente, por meio do Sistema Eletrônico, sendo, imediatamente, informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.1.1. Os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

9.1.2. No julgamento por “menor preço”, serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$) com, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

9.2. A abertura e fechamento da fase de lances “via internet”, será feita pelo pregoeiro.

9.3. Os licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

9.4. O licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ou desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema - **LANCE INTERMEDIÁRIO.**

9.5. O licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ou desconto superior ao último lance do



concorrente que tenha sido, anteriormente, registrado pelo sistema - LANCE INTERMEDIÁRIO.

9.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser igual a R\$ 5,00 (cinco reais).

9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.8. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, dos lances registrados. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.

9.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública de lances.

9.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública de lances encerrar-se-á automaticamente.

9.9.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.10. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO V – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e o licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no *chat*, por meio de mensagens, para atualização do referido lance e/ou, realizar a atualização dos valores, arredondando-os PARA MENOS, automaticamente, caso o licitante permaneça inerte.

9.11. **Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei N.º 14.133/2021 e neste Edital.**

9.12. As empresas que, porventura, errarem na digitação dos seus lances, poderão solicitar, pelo *chat*, o cancelamento do lance para o pregoeiro. Contudo, caso o pregoeiro detecte que o lance ofertado apresenta indícios de erro de digitação, poderá excluí-lo, sem a manifestação da empresa, visando manter a regularidade do certame.

9.13. A regra disposta no item acima será aplicada somente nos casos de erro de digitação. Caso o licitante solicite o cancelamento do seu lance e, **não for caracterizado erro de digitação**, mediante a observação da regularidade dos lances apresentados, **o pregoeiro estará desobrigado** de cancelar o lance, devendo o licitante arcar com o custo de acordo com o lance ofertado.

9.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.14.1. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos



realizados.

9.14.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e será reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, no site <www.licitanet.com.br>.

9.15. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor orçado para o respectivo item/lote e, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.

9.16. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item/lote.

9.17. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do vencedor.

9.18. A desistência em apresentar lances implicará na exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro negociará condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (artigo 59, inciso III da Lei N.º 14.133/2021).

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.4. O licitante vencedor anexará na plataforma a proposta readequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e/ou já apresentados.

10.4.1. Excepcionalmente, caso não seja possível anexar a proposta ou documentos na plataforma, no caso de indisponibilidade do sistema, o pregoeiro poderá permitir o envio dos mesmos ao e-mail <licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br>, sendo o envio/recebimento confirmado no *chat*.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA APÓS A FASE DE LANCES

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital e seus anexos, atentando-se ainda para propostas manifestamente inexequíveis.

11.2. Nos casos em que o pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, permite-se proceder as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta.

11.3. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.

11.4. Quando for o caso, havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o pregoeiro procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando, em consequência, o valor da proposta.

11.5. Serão desclassificadas as propostas que:



- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e seus anexos, desde que insanável.

11.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

11.7. Nos termos do artigo 59, inciso IV da Lei N.º 14.133/2021, o pregoeiro convocará o licitante que ofertar proposta, manifestamente, inexequível para comprovação da exequibilidade e possibilidade de cumprimento do contrato, sendo as planilhas e documentos apresentados avaliados pela Administração Pública.

11.8. A critério do pregoeiro, será aceita a proposta aparentemente inexequível caso o licitante firme declaração expressa de que sustentará o lance/valor ofertado, anexando o documento através de funcionalidade disponível no sistema (HABILITANET ou DOCS. LEGAIS) no prazo estipulado pelo pregoeiro, que registrará o ocorrido na ata da sessão.

11.8.1 Neste caso, o licitante fica ciente de que não será deferido pela Administração pedido de revisão de ata ou de reequilíbrio de contrato antes de efetuadas no mínimo 03 (três) entregas do objeto/serviço licitado.

11.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições anteriores, serão observadas as seguintes regras:

- a) A análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:
 - a.1). Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;
 - a.2). No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao Edital.
- b) Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública, independentemente do regime de execução.
- c) Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública, equivalente a diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo às demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- d) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- e) Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração Pública, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta
- f) O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração Pública, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração Pública, bem como, com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- g) Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A



planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

g.1) O ajuste de que trata este dispositivo limita-se a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas

g.2) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.10. No caso de exigência de apresentação de amostra no Termo de Referência, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no referido documento, anexo a este Edital, **sob pena de não aceitação da proposta**.

11.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a(à) todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.14. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for(em) aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da amostra e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11.15. Caso necessário, o pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema (HABILITANET), no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.15.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente, aceita pelo pregoeiro.

11.15.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado na proposta, tais como modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou outros que o pregoeiro achar necessário, encaminhados por meio eletrônico ou, se for o caso, por outro meio nos prazos indicados pelo pregoeiro, sendo que o não atendimento pode resultar na não aceitação da proposta.

11.16. Havendo e conforme necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.17. Se a proposta de preços não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital.

11.18. Atendidas as especificações do Edital e tendo sido aceita a proposta, o pregoeiro declarará a empresa vencedora do respectivo item(ns) ou lote, passando à fase de habilitação.

11.19. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão eletrônico constarão em ata, divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada o prazo de envio da Proposta Final, o pregoeiro concederá o prazo de 02 (duas) horas para que o licitante mais bem classificado anexem os documentos de habilitação exigidos nesta seção (Lei N.º 14.133/2021, artigo 63, inciso II).

12.2. Os documentos de habilitação deverão ser anexados no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação/desclassificação.

12.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições



de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 12.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça <www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php>.
- 12.5. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:26129291011010::NO:3,4,6::>>;
- 12.5.1. Para a consulta de fornecedores de pessoa jurídica **poderá** haver a substituição das consultas das alíneas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU <<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>>.
- 12.5.2. A consulta aos cadastros prevista nos itens a e b será realizada em nome da empresa fornecedora **e também de seu(ua) sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei N.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao(à) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 12.5.3. Caso conste na consulta de situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 12.5.4. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 12.5.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 12.5.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 12.5.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar N.º 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 13.1. Registro comercial, no caso de empresa individual ou requerimento de empresário no caso de MEI, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.
 - 13.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores em exercício.
 - 13.1.2. Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
 - 13.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - 13.1.4. Cópia de cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação com foto dos sócios, diretores ou do proprietário da empresa.

14. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 14.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 14.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com a seguridade social (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB N.º 1.751/2014).



Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, caso haja, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

- 14.2.1. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário.
- 14.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal através da certidão negativa de débitos municipais.
- 14.2.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal.
- 14.2.4. Prova de regularidade de débitos trabalhistas, disponível nos portais na internet: <www.tst.gov.br/certidao> <www.tst.jus.br/certidao>.
- 14.3. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 14.4. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de 31.1.4. Consistirá na apresentação dos seguintes documentos:
 - 14.5. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir, registrado na Junta Comercial;
 - 14.5.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
 - 14.5.2. Sociedades regidas pela Lei n. 6.404/76 (sociedade anônima):
 - 14.5.3. Publicados em Diário Oficial ou;
 - 14.5.4. Publicados em jornal de grande circulação ou;
 - 14.5.5. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - 14.5.6. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):
 - 14.5.7. Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou;
 - 14.5.8. Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - 14.5.9. Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP):
 - 14.5.10. Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou;
 - 14.5.11. Declaração simplificada do último imposto de renda ou se cadastradas e optantes pelo “SIMPLES NACIONAL”, deverão apresentar Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais –



DE-FIS/PGDAS-D.

- 14.5.12. Sociedade criada no exercício em curso ou inativa no exercício anterior;
- 14.5.13. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio das licitantes nos casos de sociedades anônimas;
- 14.5.14. O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI).
- 14.5.15. Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.
- 14.5.16. O balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constantes do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado;
- 14.5.17. Todas as formas societárias deverão apresentar Certidão de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, emitida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica em plena validade;
- 14.5.18. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
- 14.5.19. Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:
- 14.5.20. Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- 14.5.21. Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- 14.5.22. Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;
- 14.5.23. Prova de que possui, até a data da apresentação da proposta deste Edital, Capital Social ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) conforme o art. 69 da Lei 14.133/2021 do valor total estimado da contratação ou item pertinente. Comprovado através do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social ou Certidão emitida pela Junta Comercial .

14.6. DECLARAÇÕES:

14.7. Além da Declaração Única, preenchida no momento de cadastro da proposta, no caso de aquisição de serviços, inclusive de engenharia, apresentar as declarações abaixo:

- a) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação **OU** Atestado de Vistoria Técnica, nos termos do artigo 63, § 2º da Lei N.º 14.133/2021, devendo ser agendada com a Coordenadoria de Engenharia (obras/serviços de engenharia) ou Secretaria demandante - outros serviços - nos telefones (65) 3241-3090/1012 (modelo no Anexo II deste Edital).



b) **No caso de obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obras**, apresentar declaração de compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional (em atendimento à Recomendação Orientativa Conjunta N.º 01/2023-TCE-MPC-MT) - (modelo no Anexo III deste Edital).

- 14.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, **EXCLUSIVAMENTE**, por meio de funcionalidade presente no sistema (*upload*), anexando-os ao **HABILITANET** no sistema eletrônico.
- 14.9. Somente mediante autorização do pregoeiro e, em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do *e-mail* licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br
- 14.10. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 14.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, com exceção daqueles documentos que, pela própria natureza, **comprovadamente**, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 14.12. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 14.13. **12.7.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- 14.14. A certidão de regularidade fiscal/trabalhista emitida por meio eletrônico não apresentada ou apresentada com prazo de validade expirado por **quaisquer licitantes** ensejará verificação pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos a respectiva certidão.
- 14.15. Para licitante enquadrado como ME/EPP/MEI, caso a diligência seja infrutífera, persistindo a irregularidade junto ao Fisco, o pregoeiro concederá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a declaração de vencedor, para apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa pelo referido licitante.
- 14.16. O prazo **poderá ser prorrogado** por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de **justificativa**.
- 14.17. A não regularização no prazo previsto no item 12.9 acarretará a inabilitação do licitante, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa e/ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 14.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 14.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 14.20. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus anexos.
- 14.21. As atividades previstas no Contrato Social dos licitantes devem ser compatíveis com o objeto da licitação.
- 14.22. Poderá o pregoeiro declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração Pública, devendo também, se necessário, promover



diligências para dirimir dúvida, em nome do princípio do formalismo moderado.

- 14.23. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação, a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.
- 14.24. Constatado, através de diligências, o não atendimento ao estabelecido, o pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.
- 14.25. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 14.26. Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

15. DOS RECURSOS

- 15.1. Declarado o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema - clicar no botão **ENTRAR C/ RECURSO** -, manifestar sua intenção de recorrer.
- 15.2. O pregoeiro assegurará a seu critério, tempo mínimo de **15 (dez) minutos**, para que o licitante manifeste motivadamente sua intenção de recorrer.
- 15.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, caso queiram, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, **em igual prazo**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.4. **A manifestação de interposição do recurso, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema LICITANET).**
- 15.5. Deve o licitante atentar-se aos prazos (datas e horários) registrados no sistema.
- 15.6. Nesse momento, o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 15.7. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Autoridade Superior ao vencedor.
- 15.8. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, nos termos do §5º do artigo 165 da Lei N.º 14.133/2021.
- 15.9. O recurso de que trata a cláusula 13.2 será dirigido ao pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.10. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
- 15.11. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com o Município de São José dos Quatro Marcos - MT caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 15.12. No caso do *caput* deste item, o recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o encaminhará com sua motivação à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas



pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação e, decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

- 15.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.15. As decisões do pregoeiro e da autoridade competente serão informadas em campo próprio do sistema eletrônico, estando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.
- 15.16. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata/contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, §1º da Lei Complementar N.º 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, *chat e/ou e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.4. A convocação feita por *e-mail* dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma LICITANET, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais e *e-mail* atualizados.

17. DAS REGRAS APLICÁVEIS AO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Serão aplicadas as seguintes regras, no caso de pregão no sistema de registro de preços:

a) DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA PARA FORNECIMENTO:

- a.1). Após o encerramento da etapa competitiva, o pregoeiro convocará os licitantes para, no prazo de **02 (duas) horas**, comporem o cadastro de reserva, reduzindo seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado;
- a.2) A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao(à) licitante melhor classificado;
- a.3) Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao(à) do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva (lance);
- a.4). Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assine a Ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no artigo 27 do Decreto nº 177/2023.

b) DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- b.1). Após a adjudicação do pregão, o pregoeiro convocará o licitante, por meio de AVISO no sistema eletrônico, para assinar digitalmente a Ata de Registro de Preços (ARP), fixando o prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** para sua assinatura;
- b.2) O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso e, desde que devidamente aceito pelo



- pregoeiro;
- b.3)** Ultrapassado o prazo de convocação, não tendo a adjudicatária assinado a ARP, opera-se a decadência do direito à assinatura, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N.º 14.133/2021;
- b.4)** Neste caso, dando continuidade aos procedimentos, o pregoeiro convocará o licitante remanescente do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para firmar a ARP em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;
- b.5)** A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária e terá sua **vigência por 12 (doze) meses** a partir da sua adjudicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;
- b.6)** Serão formalizadas tantas ARPs quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados, marcas ofertadas e demais condições;
- b.7)** O fornecimento dos materiais/serviços se dará através do envio de Pedido de Empenho pela secretaria demandante por meio digital, conforme *e-mail* fornecido pelo licitante, sendo de sua responsabilidade manter os dados cadastrais atualizados junto à plataforma;
- b.8)** O prazo e condições de entrega dos produtos/execução dos serviços são os previstos no Termo de Referência, anexo ao presente Edital.
- c) DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**
- c.1)** Nos termos da Lei N.º 14.133/2021 e art. 30 e 31 do Decreto nº 177/2023 e suas alterações, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.
- d) DOS ACRÉSCIMOS:**
- d.1)** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei N.º 14.133/2021;
- d.2)** A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no Capítulo V da Lei N.º 14.133/2021;
- d.3)** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 104 da Lei N.º 14.133/2021;
- d.4)** O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preço;
- d.5)** A alteração na Ata de Registro de Preços é independente da alteração dos contratos, que seguem rito em separado.
- e) DO CONTROLE DE PREÇOS:**
- e.1)** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;
- e.2).** Quando o preço praticado no mercado se tornar inferior ao preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores ou prestadores de serviços, visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- e.3).** Frustrada a negociação, o fornecedor ou prestador de serviços será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, e serão convocados os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;
- e.4).** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços;
- e.5).** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, será efetuada negociação entre o órgão gerenciador e o fornecedor, podendo ser aditada a Ata para restabelecer o preço de mercado;
- e.6).** Caso o fornecedor não puder cumprir com o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- e.6.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade do motivo e comprovante apresentado;



- e.6.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
- e.6.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

f) **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:**

f.1) O fornecedor ou prestador de serviços terá seu registro cancelado quando:

f.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

f.1.2. Não retirar a respectiva nota/pedido de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido sem justificativa aceitável ou não assinar a Ata no prazo estipulado pela Administração Pública;

f.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e após 60 (sessenta) dias da proposta apresentada;

f.1.4. Não houver êxito nas negociações no caso do preço registrado se tornar superior ao de mercado;

f.1.5. Recusar-se a entregar, no prazo estabelecido, os produtos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

f.1.6. Sofrer sanção(ões) prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei N.º 14.133/21;

f.1.7. Estiverem presentes razões de interesse público, devidamente justificado pela Administração Pública, sem que gere motivos de indenização ao(à) fornecedor.

f.2) O cancelamento de registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurará o contraditório e a ampla defesa, formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

f.3) O fornecedor ou prestador de serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

17.2. O Município poderá adquirir a quantidade total de itens estimada para a presente licitação.

17.3. Não serão estipuladas quantidades mínimas a serem cotadas, devendo os licitantes ofertar proposta para o quantitativo total de itens ou grupo de itens.

17.4. Fica vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, obrigando-se ao fornecimento da quantidade estimada para o período de vigência da Ata, que será solicitada de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria demandante.

18. DAS REGRAS APLICÁVEIS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO

18.1. Serão aplicadas as seguintes regras, no caso de celebração de contrato administrativo:

a) **DA CONVOCAÇÃO DA ADJUDICATÁRIA:**

a.1) A adjudicatária será convocada para comparecer junto à Seção de Contratos e Atas da Coordenadoria de Compras e Licitações, na Prefeitura do Município de São José dos Quatro Marcos, para assinatura pelo proprietário ou representante legal no prazo de até **03 (três) dias úteis**, a contar da convocação formal que poderá ocorrer por *e-mail*, telefone ou outros meios de comunicação disponíveis;

a.2) O contrato poderá ser encaminhado por *e-mail* pela Seção de Contratos e Atas para assinatura digital pelo proprietário ou representante legal indicado pela mesma;

a.2.1. Neste caso, a adjudicatária deverá devolver o contrato assinado digitalmente ao *e-mail* <licitacao@saojosedosquatromarcos.mt.gov.br> no prazo estipulado, sob pena de decair do direito à contratação nos termos do item a.5 abaixo.

a.3) Depois de colhidas as assinaturas das partes, será encaminhada uma via no formato digital à contratada;

a.5). No caso da adjudicatária, se convocada, não assinar o contrato, vindo a decair do direito a execução do objeto da licitação, a Administração Pública poderá revogá-la ou convocar os licitantes



remanescentes, na ordem em que foram classificados, para contratar em igual prazo;

a.6). Ocorrendo a convocação para assinatura, o prazo acima estipulado terá início no dia subsequente ao da convocação, seja por *e-mail*, telefone ou qualquer outro meio de comunicação com a adjudicatária;

a.7) Além das situações previstas acima, o contrato pode(rão) ser cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

a.7.1. Pela Administração Pública, quando houver razões de interesse público, devidamente fundamentada;

a.7.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

a.8) A comunicação do cancelamento ou da suspensão do contrato, nos casos previstos nos itens acima, será feita via *e-mail* e publicação no site do Diário Oficial dos Municípios.

b) DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO:

b.1) O prazo de vigência do contrato, quando firmado, será o definido no Termo de Referência anexo ao Edital, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

c) DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

c.1). É responsabilidade do gestor de contratos ou ordenador de despesas da Secretaria Demandante indicar o fiscal de contrato, que é agente essencial no acompanhamento da execução da prestação dos serviços ou aquisição de material, cabendo-lhe garantir o cumprimento de cada etapa e cláusulas contratuais, realizando registros e determinando em tempo hábil a correção de falhas que possam impactar no resultado pretendido pela Administração Pública.

c.2) O fiscal deverá atender aos seguintes requisitos:

c.2.1. Ser, preferencialmente, servidor de cargo de provimento efetivo e que possua conhecimento sobre o objeto do contrato a fiscalizar;

c.2.2. Tenha atribuições de seu cargo relacionadas ao objeto do contrato ou possua formação técnica ou acadêmica compatível com a complexidade do contrato, comprovado na sua pasta funcional;

c.2.3. Não seja cônjuge ou companheiro do contratado nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil;

c.2.4. Tenha recebido capacitação específica para o exercício da fiscalização de contrato ou demonstre conhecimento e experiência na execução de contrato;

c.2.5. Não tenha sofrido nenhuma pena ou sanção(ões) disciplinar(es) ou administrativa nos últimos três exercícios.

c.3) A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a qualidade dos materiais/serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições à elas relativas.

c.4). Na fiscalização do contrato será permitida a assistência de terceiros indicados pela Secretaria Demandante.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado de acordo com o que dispõe o Termo de Referência do presente Edital, mediante o atesto da Nota Fiscal pela Secretaria Solicitante.

19.2. Para recebimento, deverão ser apresentadas as seguintes certidões de regularidade fiscal:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos referente à União e contribuições previdenciárias;

b) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

c) Certidões Negativas de Débitos junto à Fazenda Estadual do domicílio sede do licitante vencedor;

d) Certidões Negativas de Débito Trabalhista – TST;



- 19.3. Conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023, a Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos - MT, os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações, ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverão proceder à retenção do imposto de renda (IR).
- 19.4. No caso de prestação de serviços com fornecimento de materiais, as Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão discriminar em seu corpo o preço dos materiais e dos serviços, separadamente.
- 19.5. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/faturas, estas serão devolvidas para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das Notas Fiscais/faturas.
- 19.6. A Administração Pública não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";
- 19.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do detentor da Ata.
- 19.8. Nenhum pagamento isentará o detentor da Ata das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos recebidos, caso seja constatado que apresentaram alguma desconformidade.

20. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 20.1. **As condições de cumprimento do objeto estão expressas no Termo de Referência anexo ao Edital, devendo os licitantes se atentar para o mesmo, não podendo alegar desconhecimento em conformidade.**

21. DAS SANÇÕES/PENALIDADES

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei N.º 14.133/2021 o licitante/adjudicatário que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) Der causa à inexecução total do contrato;
 - d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação(ões) exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - h) Apresentar declaração(ões) ou documentação(ões) falsa exigida para o certame ou prestar declaração(ões) falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei N.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.



- 21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência;
 - b) Multa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato/Ata;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.
- 21.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) As peculiaridades do caso concreto;
 - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.5. O atraso injustificado na entrega do material/execução do serviço sujeitará o fornecedor, a juízo da Administração Pública, a multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento).
- 21.6. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.
- 21.7. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o fornecedor possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas.
- 21.8. Se o contratado não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que o contratado possuir com o Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Geral do Município;
- 21.9. A aplicação das sanções previstas nesta Seção não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 21.10. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 21.11. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, bem como, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, procedendo-se de acordo com as disposições contidas no artigo 158 da Lei N.º 14.133/2021.
- 21.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei N.º 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial e, **nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos(as) seus(uas) administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa**



jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.13. O Município deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas para fins de inclusão nos cadastros instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do artigo 161 da Lei N.º 14.133/2021.

22. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 22.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(à) pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por forma eletrônica, pelo site <www.licitanet.com.br>.
- 22.2. Caberá ao(à) pregoeiro decidir sobre os pedidos de esclarecimento e impugnações no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitados ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 22.3. Acolhida a impugnação, no caso de necessárias alterações, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.4. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações prestadas pelo pregoeiro serão disponibilizados através da plataforma LICITANET, permanecendo entranhadas nos autos do processo licitatório, disponíveis para consulta por qualquer(aisquer) interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1. Da sessão pública do pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – Distrito Federal.
- 23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, devendo acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, observando as mensagens emitidas pelo sistema e/ou pelo pregoeiro.
- 23.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não altere a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a(à) todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.6. Neste fica vedado a terceirização dos serviços à serem contratados.
- 23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse e necessidade da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Pública não será, em nenhum caso, responsável por estes, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos em dias de expediente na Administração Pública.
- 23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante,



desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.13. O Edital será disponibilizado na plataforma LICITANET, acessada em <www.licitanet.com.br>; No site oficial do município, acessado em <www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br>, no seguinte caminho: **Portal Transparência > Licitações > Licitações em andamento.**
- 23.14. A participação no certame implicará ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, das quais **o participante não poderá alegar desconhecimento.**
- 23.15. Caberá ao(à) licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

24. DOS ANEXOS AO EDITAL

24.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO II – Modelo de Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação **(somente para serviços, inclusive de engenharia);**

ANEXO III – Modelo de Declaração de compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional **(somente para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra);**

ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO V - Termo de Referência;

25. SEÇÃO XXIII – DO FORO

25.1. As questões decorrentes do presente Edital que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de São José dos Quatro Marcos/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

São José dos Quatro Marcos/MT, 16 de MARÇO de 2026.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

ANEXO I

(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - SUGESTÃO)



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS



GESTÃO 2025/2028

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Nome de Fantasia: _____

Razão Social: _____

CNPJ: _____ OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()

Enquadrado conforme Lei Complementar 123/2006: () MEI () ME () EPP

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Estado: _____ CEP: _____

Fone: (____) _____ E-mail: _____

Conta Corrente N.º _____ Agência N.º _____ Banco: _____

Nome completo do responsável legal da empresa: _____

CPF: _____ RG: _____ CELULAR: (____) _____

IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS DOS QUAIS FOI VENCEDOR:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Unit	Total
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

O prazo de validade da proposta é de **90 (noventa)** dias a partir da data de sua abertura.

Declaramos que estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas, quando for o caso.

DECLARAMOS ainda, **nos termos da Lei N.º 14.133/21, artigo 63, § 1º** que a presente proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. **(A presente declaração deverá constar da proposta anexada com os documentos de habilitação;**

Local e data

Carimbo da empresa/Assinatura do responsável

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES



LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

(Somente para serviços, inclusive de engenharia)

Declaramos, para fins de participação no Pregão Eletrônico N.º ____/2026 que a empresa _____, CNPJ _____, através de seu representante legal, _____ (cargo/função que desempenha na empresa), CPF _____, tomou conhecimento de todas as informações e principalmente, das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, ciente de que não caberá qualquer alegação posterior de dificuldades ou quaisquer outros impedimentos para execução completa da obra/serviço.

_____, ____ de _____ de 2026.

(Representante)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA



PRISIONAL

(Somente para obras, serviços de engenharia ou para a contratação de serviços terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra)

A empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ sob o N.º _____, declara que caso logre êxito na licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026, contratará, em cada contrato firmado, o percentual de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional para o cumprimento dos objetos pactuados, conforme abaixo, nos termos do art. 6º do Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018 e do art. 2 do Decreto Municipal nº 199, de 21 de dezembro de 2023.

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado a disponibilidade de pessoas presas ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme disponibilização através de cadastro mantido pela Fundação Nova Chance - FUNAC, entidade responsável pelo encaminhamento do recuperando para o trabalho no Estado de Mato Grosso, ou ainda outro órgão ou entidade congênera.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante

Nome:

CPF:

ANEXO IV

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º ____/2026



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS



PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2026
PROCESSO LICITATÓRIO ____/2026

No dia ____ de _____ de 2026, no MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT, inscrito(a) no CNPJ 15.024.029/0001-80, com sede à AV DR GUILHERME PINTO CARDOSO n° 539 CEP 78285-000 – São José dos Quatro Marcos-MT neste ato legalmente representado por JAMIS SILVA BOLANDIN, portador do CPF n° 9071760XXXX, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da proposta da empresa abaixo qualificada:

Fornecedor:

Representante:

Telefone:

Email:

Endereço:

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	ValorTotal
1							
2							
3							

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integrante nesta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até ____/____/2026, a contar do dia ____/____/2026.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT
15.024.029/0001-80

(FORNECEDOR)

CNPJ

ANEXO V



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema informatizado, por meio de plataforma eletrônica (banco de preços), acessível via internet, destinado à realização de pesquisas, comparação e formação de estimativas de preços para instrução de processos licitatórios, contratações diretas e demais procedimentos administrativos no âmbito da Administração Pública Municipal.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	CÓDIGO	CÓG TCE	DESCRIÇÃO	UNID	QTD.
1	086.016.77 2	373792-6	LICENÇA DE USO DE SOFTWARE – DO TIPO LICENÇA DE USO DE PLATAFORMA ELETRÔNICA (BANCO DE PREÇOS), DESTINADA À REALIZAÇÃO DE PESQUISA, COMPARAÇÃO E FORMAÇÃO DE ESTIMATIVAS DE PREÇOS PARA INSTRUÇÃO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS E DEMAIS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	MÊS	12
2	006.606.00 2	228740-4	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO – IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO	SV	1

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de dotar a Administração Pública Municipal de ferramenta tecnológica especializada que possibilite a realização de pesquisas de preços de forma eficiente, padronizada e segura, atividade essencial para a adequada instrução dos processos de contratação pública, especialmente no que se refere à formação do preço estimado.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a pesquisa de preços constitui etapa indispensável do planejamento das contratações, devendo a Administração utilizar referências confiáveis que reflitam os valores praticados no mercado e em contratações públicas similares, de modo a assegurar que as estimativas estejam compatíveis com a realidade mercadológica. Nesse contexto, a utilização de sistema eletrônico de banco de preços apresenta-se como instrumento moderno e eficaz para subsidiar tecnicamente a elaboração dessas estimativas.

Atualmente, a realização de pesquisas de preços de forma manual, por meio de consultas isoladas em diversas bases de dados e portais públicos, demanda elevado dispêndio de tempo dos servidores, além de dificultar a consolidação das informações e a elaboração de relatórios técnicos. Tal cenário compromete a celeridade, a padronização e a eficiência dos procedimentos administrativos, especialmente diante do crescente volume de demandas relacionadas às aquisições e contratações públicas.

A adoção de plataforma especializada permitirá o acesso centralizado a múltiplas fontes de dados provenientes de contratações realizadas por órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, possibilitando a realização de pesquisas mais abrangentes, consistentes e fundamentadas.





Ademais, a ferramenta proporcionará recursos como aplicação de filtros avançados, geração automatizada de relatórios, comparativos de preços, exportação de dados e organização das informações por processo, contribuindo significativamente para a padronização dos procedimentos internos.

Destaca-se, ainda, que a utilização de banco de preços eletrônico confere maior transparência, rastreabilidade e segurança jurídica aos processos de contratação, uma vez que possibilita a adequada documentação das fontes consultadas, da metodologia aplicada e dos critérios adotados na formação das estimativas de preços, permitindo a verificação e auditoria dos atos administrativos.

Além disso, a implementação de solução tecnológica voltada à gestão das contratações públicas encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e planejamento, promovendo a redução de falhas operacionais, a otimização do tempo dos servidores e o aprimoramento da qualidade das informações utilizadas na tomada de decisão administrativa.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de uniformização dos procedimentos de pesquisa de preços no âmbito da Administração Municipal, assegurando que os processos licitatórios e as contratações diretas sejam instruídos com base em critérios objetivos, metodologias padronizadas e fontes confiáveis, em consonância com as boas práticas de governança nas contratações públicas.

Dessa forma, a contratação de sistema de banco de preços configura-se como medida necessária para o aprimoramento da gestão das compras públicas municipais, proporcionando maior eficiência administrativa, segurança na formação das estimativas de preços e conformidade com as exigências legais aplicáveis.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. A solução a ser contratada consiste na disponibilização de licença de uso de sistema informatizado para pesquisa, comparação e formação de estimativas de preços públicos, por meio de plataforma eletrônica acessível via internet, destinada a subsidiar os processos de contratação da Administração Pública Municipal.

O sistema deverá operar integralmente em ambiente web, dispensando a necessidade de instalação local, permitindo acesso remoto mediante login e senha individualizados aos servidores previamente autorizados, garantindo segurança, rastreabilidade e controle das operações realizadas.

A plataforma deverá disponibilizar base de dados atualizada e estruturada, composta por informações provenientes de contratações públicas realizadas por órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, incluindo dados oriundos de licitações, contratos administrativos, atas de registro de preços, dispensas, inexigibilidades e outras fontes oficiais ou equivalentes que atendam à mesma finalidade.





A solução deverá possibilitar a realização de pesquisas de preços de forma ágil, estruturada e documentada, por meio da utilização de filtros e parâmetros como descrição do objeto, palavra-chave, unidade de medida, período da contratação, órgão contratante, entre outros, de modo a garantir maior precisão na obtenção dos resultados.

Deverá, ainda, permitir a organização, consolidação e análise dos dados coletados, possibilitando a seleção de registros, a comparação entre valores identificados e a aplicação de metodologias de cálculo, tais como média, mediana ou menor preço, conforme critérios adotados pela Administração.

O sistema deverá disponibilizar funcionalidade para geração de relatórios técnicos de pesquisa de preços, contendo, no mínimo, a identificação das fontes consultadas, os valores obtidos, a memória de cálculo e a metodologia aplicada, permitindo sua adequada instrução nos processos administrativos e assegurando transparência e rastreabilidade das informações.

Os relatórios deverão ser passíveis de exportação em formatos compatíveis com documentos administrativos, possibilitando sua juntada aos autos processuais, bem como o armazenamento das pesquisas realizadas no próprio sistema, permitindo consulta futura e padronização dos procedimentos internos.

A solução deverá contemplar, ainda, funcionalidades que permitam o registro, organização e gerenciamento das pesquisas por processo administrativo, contribuindo para a melhoria da gestão das contratações públicas e para a uniformização dos procedimentos adotados pela Administração.

Adicionalmente, a plataforma deverá contar com suporte técnico especializado e atualização periódica da base de dados e das funcionalidades do sistema, de modo a garantir o pleno funcionamento da solução, a confiabilidade das informações disponibilizadas e a aderência às exigências legais e normativas aplicáveis.

Dessa forma, a solução pretendida visa proporcionar à Administração Municipal ferramenta tecnológica eficiente, segura e adequada à realização de pesquisas de preços, contribuindo para o aprimoramento dos processos de contratação pública, com maior transparência, padronização e segurança jurídica.

5. REQUISITOS MINIMOS DO SOFTWARE

5.1. O sistema deverá ser obrigatoriamente multiusuário, permitindo o acesso simultâneo de diversos usuários, sem limitação quanto à quantidade de acessos simultâneos e sem restrições de tempo de utilização.

5.2. Para utilização da ferramenta, deverá ser disponibilizado login e senha individualizados para cada usuário autorizado.





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS



GESTÃO 2025/2028

- 5.3. A solução deverá ser capaz de executar integralmente suas funcionalidades nas instalações da contratante, em equipamentos e local próprio, não sendo admitida a transferência de dados, de qualquer natureza ou finalidade, para outros ambientes de processamento, salvo quando expressamente autorizado pela contratante.
- 5.4. A solução ofertada deverá possuir funcionalidades exclusivamente voltadas ao objeto licitado, não sendo admitida a existência de menus ou ações que não guardem relação com ferramenta de auxílio na formação e elaboração de cestas de preços, podendo, contudo, integrar conjunto de módulos de sistema, desde que possua módulo específico para a finalidade pretendida.
- 5.5. O sistema deverá garantir segurança e sigilo das informações por meio de controle de acesso com senhas, permitindo a definição de perfis de usuários e grupos de usuários.
- 5.6. Deverá possuir ou disponibilizar catálogo de produtos e serviços padronizado, contendo descrições, unidades de medida e unidades de fornecimento em conformidade com os padrões exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e demais órgãos de controle, visando maior agilidade na formação de solicitações.
- 5.7. A empresa deverá gerenciar os registros do catálogo, possibilitando a solicitação de inclusão de produtos ou serviços não constantes, devendo responder à solicitação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante atendimento ou negativa devidamente justificada, com indicação de item correlato.
- 5.8. Deverá possuir ou disponibilizar catálogo de fornecedores contendo, no mínimo, CPF ou CNPJ, razão social e endereço completo (rua, número, bairro, CEP e cidade), cabendo à empresa o gerenciamento dos registros e a possibilidade de inclusão de novos fornecedores, com resposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.9. O sistema deverá possibilitar a listagem de fornecedores por objeto de licitação, com base em itens homologados ou contratos registrados na base de dados, bem como a pesquisa de fornecedores por produto ou serviço, permitindo a identificação daqueles que comercializam o item pesquisado.
- 5.10. Deverá possibilitar o cadastro de cotações e a formação de médias de preços (cesta de preços), permitindo o registro da descrição do objeto, data, tipo de cálculo, tipo de correção monetária e índice de correção aplicável.
- 5.11. Deverá permitir a inclusão dos itens que compõem a cesta de preços mediante seleção a partir do catálogo de produtos, bem como a inclusão dos fornecedores para solicitação de cotação ou registro dos orçamentos recebidos.
- 5.12. O sistema deverá possibilitar, no mínimo, três tipos de cálculo para apuração de preços: média, mediana e menor preço.





- 5.13. Deverá possuir, no mínimo, os seguintes índices de correção: Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), devendo, quando aplicável, apresentar os valores corrigidos no mapa de apuração, com indicação do índice e período utilizados.
- 5.14. O sistema deverá disponibilizar relatório específico contendo item, descrição do produto ou serviço, fonte de preços, valor original, valor da correção e valor corrigido.
- 5.15. Deverá possuir módulo de cotação eletrônica de preços, possibilitando o envio de e-mails aos fornecedores com link de acesso ao sistema ou aplicativo de cotação.
- 5.16. Deverá disponibilizar sistema ou aplicativo para preenchimento das cotações pelos fornecedores, mediante acesso por login e senha, com suporte técnico para cadastro e utilização.
- 5.17. A ferramenta de cotação deverá apresentar ao fornecedor as informações do orçamento, incluindo entidade solicitante, data, objeto e lista de itens com descrição, unidade de medida e quantidade.
- 5.18. O sistema deverá permitir ao fornecedor o registro de marca ofertada, valor unitário, valor total (calculado automaticamente) e observações por item.
- 5.19. Deverá possuir campos para registro de endereço, CEP, cidade, prazo de validade da cotação, nome completo e CPF do responsável, local, data e observações gerais.
- 5.20. Deverá possuir campo específico para informação do número de registro da ANVISA, quando se tratar de cotação de medicamentos.
- 5.21. Deverá possibilitar a entrega da cotação em formato digital (PDF), com assinatura eletrônica.
- 5.22. Deverá possibilitar a transmissão automática das informações preenchidas pelo fornecedor para a cesta de preços, mediante validação pelo servidor responsável.
- 5.23. Deverá possuir mecanismos de segurança quanto à procedência das informações, exigindo autenticação para transmissão, preferencialmente por meio de certificado digital.
- 5.24. Deverá possibilitar o lançamento manual de fornecedores e valores cotados por item, quando não utilizada a cotação eletrônica.
- 5.25. Deverá possibilitar a importação de valores ofertados por meio de arquivos nos formatos XLS ou XLSX.
- 5.26. Deverá possuir integração com portais de compras públicas, tais como Painel de Preços do Governo Federal, Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), Licitanet, BLL, Tribunais de Contas Estaduais e Banco de Preços em Saúde (BPS), visando maior eficiência na formação das cestas de preços.





- 5.27. Deverá possuir acervo de preços de contratações públicas realizadas por prefeituras e órgãos do Estado e regiões circunvizinhas.
- 5.28. Deverá possuir, em sua base de dados, informações da tabela CMED da ANVISA, atualizadas e passíveis de consulta por diferentes parâmetros.
- 5.29. Durante as pesquisas de preços, o sistema deverá apresentar, em campo específico, a média de valores de cestas anteriores realizadas pelo município.
- 5.30. Deverá possibilitar a obtenção da média ponderada do Banco de Preços em Saúde (BPS), diretamente na ferramenta, conforme parâmetros oficiais.
- 5.31. A média ponderada do BPS deverá ser apresentada de forma equivalente à plataforma oficial, não sendo aceita apenas a exibição de preços individuais.
- 5.32. A solução não deverá permitir a seleção manual de preços para formação da média do BPS, devendo seguir os critérios e filtros da base oficial.
- 5.33. Deverá possibilitar a definição de percentual para geração de alertas de preços destoantes entre os valores coletados.
- 5.34. Deverá possuir ferramenta de análise crítica das médias de preços, permitindo a visualização das fontes, identificação de divergências e exclusão de valores do cálculo, sem remoção do registro.
- 5.35. Deverá possibilitar a importação e exportação de dados nos formatos XLS ou XLSX.
- 5.36. Deverá possibilitar a emissão de relatórios das fontes de preços utilizadas.
- 5.37. Deverá possibilitar a emissão do mapa de apuração de preços, contendo todos os itens, fontes, percentuais de diferença e valores consolidados.
- 5.38. Deverá disponibilizar os documentos comprobatórios das fontes de preços utilizadas, tais como contratos, atas de registro de preços e termos de homologação, anexando-os diretamente à cesta de preços, não sendo admitida apenas a indicação de links externos.
- 5.39. A empresa deverá manter em sua base de dados os resultados de licitações realizadas pelo município, possibilitando a consulta ao histórico de preços praticados.





5.40. A contratada deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, registrar no sistema as contratações realizadas pelo município nos últimos 12 (doze) meses.

5.41. O descumprimento desta obrigação caracterizará falha na prestação do serviço, sujeitando a contratada às penalidades previstas no edital.

5.42. Deverá possuir, em sua base de dados, informações de compras públicas realizadas por municípios limítrofes, visando refletir a realidade local na formação de preços.

6. DA COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS MÍNIMOS DO SOFTWARE

6.1. Será convocada a licitante melhor classificada no certame para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, realizar apresentação do sistema, visando à avaliação técnica do software, conforme as disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. Considerando a essencialidade dos serviços licitados e a necessidade de contratação de solução consistente e íntegra, a avaliação incidirá sobre os requisitos mínimos obrigatórios, os quais deverão ser integralmente atendidos pela licitante classificada em primeiro lugar durante a demonstração.

6.3. A licitante que não atender, em sua totalidade, aos requisitos mínimos será desclassificada, sendo convocadas as demais licitantes, obedecida a ordem de classificação do certame, para realização da respectiva apresentação.

6.4. Em observância ao princípio da boa-fé e ao cumprimento das exigências editalícias, a prova de conceito será realizada de forma presencial, nas dependências da Prefeitura.

6.5. A demonstração deverá ser conduzida por representante técnico da licitante, devidamente capacitado e com pleno domínio do sistema, apto a prestar os esclarecimentos necessários à Comissão de Avaliação.

6.6. A apresentação terá duração de até 02 (duas) horas, podendo ser prorrogada a critério da Comissão de Avaliação, mediante solicitação da licitante, desde que justificada a insuficiência do tempo para demonstração completa da solução.

6.7. Será de inteira responsabilidade da proponente o cumprimento do roteiro de apresentação constante neste Termo de Referência, preferencialmente na ordem sequencial estabelecida, sendo que a não apresentação de qualquer item implicará sua avaliação como não atendido.





6.8. A proponente deverá, ao término da apresentação de cada item, disponibilizar espaço para eventuais questionamentos por parte da Comissão de Avaliação, sendo que a ausência de questionamentos não implicará no reconhecimento automático do atendimento do requisito.

6.9. A Comissão poderá solicitar a reapresentação de qualquer item, sempre que necessário, com o objetivo de dirimir dúvidas quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos.

6.10. A sessão de demonstração será pública, sendo permitida a presença de quaisquer interessados, vedada, contudo, a intervenção durante sua realização, podendo eventuais manifestações serem formalizadas após o encerramento da sessão ou protocoladas até o primeiro dia útil subsequente.

6.11. Os materiais e equipamentos necessários à realização da demonstração, tais como computador, projetor, tela de projeção, entre outros, serão de responsabilidade da empresa proponente, assim como os dados necessários à apresentação.

6.12. Caberá à Prefeitura a disponibilização do espaço físico adequado, com mesas e cadeiras, para a realização da prova de conceito.

7. DO ROTEIRO DA APRESENTAÇÃO:

7.1. Apresentar o catálogo de produtos, exibindo-os por objeto de licitação. A Comissão de Avaliação poderá solicitar a realização de pesquisas de determinados itens, a fim de comprovar que os mesmos se encontram devidamente cadastrados no catálogo.

7.2. Apresentar o catálogo de fornecedores, demonstrando sua listagem por objeto de licitação e por produto ou serviço.

7.3. Efetuar o registro de uma cesta de preços no sistema, informando data, descrição do objeto, tipo de cálculo, tipo de correção monetária e índice de correção a ser aplicado.

7.4. Registrar, no mínimo, 10 (dez) itens, selecionados a partir do catálogo de produtos, sendo obrigatoriamente 05 (cinco) itens de objetos comuns, incluindo ao menos 02 (dois) medicamentos. Os itens a serem utilizados na demonstração serão definidos pela Comissão de Avaliação no ato da apresentação, ocasião em que o representante da empresa deverá consultar a comissão para definição dos produtos a serem simulados.

7.5. Registrar, no mínimo, 03 (três) fornecedores, selecionados a partir do catálogo de fornecedores, bem como registrar preços nos itens referentes a pelo menos 01 (um) fornecedor.





- 7.6. Criar um fornecedor fictício e realizar o envio de e-mail de solicitação de cotação, contendo link de acesso ao sistema ou aplicativo de cotação eletrônica, para endereço eletrônico a ser informado no momento da apresentação. Um membro da Comissão de Avaliação acessará o sistema e realizará o preenchimento das informações, simulando a atuação de um fornecedor.
- 7.7. A ferramenta de cotação deverá apresentar ao fornecedor as informações do orçamento, incluindo entidade solicitante, data, objeto e lista de itens contendo descrição, unidade de medida e quantidade.
- 7.8. O sistema ou aplicativo deverá possibilitar o registro das informações necessárias à cotação de preços, incluindo marca ofertada, número de registro da ANVISA (quando aplicável), valor unitário, valor total (calculado automaticamente) e campo para observações por item.
- 7.9. Deverá possibilitar, ainda, o registro de endereço, CEP, cidade, prazo de validade da cotação, nome completo e CPF do responsável, local, data e observações gerais.
- 7.10. Após o preenchimento das informações pelo membro da Comissão, deverá ser apresentado o arquivo digital da cotação, em formato PDF, devidamente assinado eletronicamente, bem como demonstrada a migração dessas informações para a cesta de preços.
- 7.11. Apresentar a tela de seleção de preços para itens comuns, contendo, no mínimo, 03 (três) fontes distintas.
- 7.12. Consideram-se fontes distintas as contratações realizadas em diferentes órgãos, devendo ser apresentadas de forma separada, em abas ou colunas devidamente identificadas, com resultados que demonstrem similaridade com o item pesquisado.
- 7.13. Efetuar a pesquisa de fontes e a seleção de preços para itens não comuns, contendo, no mínimo, 03 (três) fontes distintas, observando os mesmos critérios.
- 7.14. Para os itens classificados como medicamentos, apresentar a mediana do Banco de Preços em Saúde (BPS), em aba ou tabela separada.
- 7.15. Apresentar o preço médio definido em cestas de preços anteriores realizadas pelo município.
- 7.16. Efetuar análise crítica dos preços, informando o percentual de alerta de valores destoantes a ser definido pela Comissão, realizando a exclusão dos valores e apresentando a devida justificativa.





- 7.17. Apresentar consulta à tabela CMED diretamente na aplicação.
- 7.18. Apresentar relatórios das fontes de preços utilizadas na cesta.
- 7.19. Apresentar o relatório do mapa de apuração de preços, contendo todas as informações relativas à cesta, incluindo descrição dos itens, unidade de fornecimento, quantidade, valores unitários por fonte, destaque dos itens excluídos na análise crítica, média por item, valor total por item e valor total da cesta.
- 7.20. Efetuar o reajuste da cesta de preços utilizando o índice IPCA, aplicando-o a todos os preços selecionados nos itens que compõem a cesta.
- 7.21. Ao término da apresentação, deverão ser impressos todos os documentos relativos à cesta de preços, incluindo mapa de apuração, relatório das fontes de preços e documentos comprobatórios da origem dos preços, tais como atas de registro de preços e/ou contratos administrativos.
- 7.22. Os documentos comprobatórios deverão ser apresentados de forma unificada, contemplando todos os registros utilizados na formação da cesta de preços.
- 7.23. A Comissão de Avaliação poderá solicitar a apresentação de itens não previstos neste roteiro, com a finalidade de verificar o atendimento dos requisitos mínimos estabelecidos.
- 7.24. A Comissão poderá, a qualquer momento, realizar registros por meio de capturas de tela ou fotografias, os quais poderão ser anexados ao laudo de avaliação.

8. DA IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

8.1. A contratada deverá realizar todo o processo de implantação do sistema, bem como promover treinamentos para a capacitação dos servidores públicos do município que farão uso do software. A implantação deverá ocorrer no prazo de até **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados da assinatura do contrato. O treinamento será agendado pelo Departamento de Compras e deverá ser realizado de forma presencial, durante o horário de expediente da Prefeitura. A contratada deverá disponibilizar profissional técnico devidamente capacitado para ministrar o treinamento na data e horário definidos, não sendo admitida a cobrança de despesas com hospedagem, alimentação ou quaisquer outros custos adicionais em nome da Administração.

8.2. DA MANUTENÇÃO





8.2.1. A solução deverá contemplar a cessão de uso do software, incluindo os serviços de manutenção, atualização e suporte técnico durante toda a vigência contratual.

8.3. DAS ATUALIZAÇÕES

8.3.1. As atualizações deverão abranger novas versões da solução, contemplando correções, implementação de melhorias, novas funcionalidades e aprimoramentos de segurança.

8.3.2. A contratada deverá disponibilizar as atualizações à Prefeitura no mesmo momento em que forem concluídas, garantindo a utilização contínua da versão mais atual do sistema.

8.3.3. Toda e qualquer manutenção, seja corretiva, preventiva, evolutiva ou adaptativa, será de responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

8.4. DO SUPORTE TÉCNICO

8.4.1. O suporte técnico deverá ser disponibilizado pela contratada a partir da implantação do software.

8.4.2. Sempre que solicitado pela contratante, a contratada deverá prestar auxílio na realização das pesquisas de preços, especialmente nos casos em que houver dificuldade por parte dos servidores na localização de fontes adequadas. Nessas situações, a contratada deverá apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, o resultado das pesquisas contendo, no mínimo, 03 (três) fontes distintas por item, ou justificativa fundamentada quando não for possível atingir esse quantitativo, considerando as particularidades do objeto. Não poderá haver limitação quanto à quantidade de processos ou itens a serem atendidos durante a vigência contratual.

8.4.3. O auxílio prestado pela contratada não exime a contratante de suas responsabilidades quanto à realização das pesquisas, análise crítica e formação das cestas de preços, cabendo aos servidores a validação e aprovação das informações.

8.4.4. As pesquisas realizadas deverão observar os padrões exigidos pela contratante, bem como as orientações dos órgãos de controle, especialmente do Tribunal de Contas do Estado, priorizando-se preços praticados por órgãos do mesmo ente federativo, admitindo-se, de forma excepcional, dados provenientes de estados circunvizinhos.

8.4.5. Deverão ser informados à contratante os canais de atendimento do suporte técnico, incluindo, no mínimo, central de atendimento, e-mail e atendimento presencial, quando necessário. O suporte deverá estar disponível em horário não inferior ao período compreendido entre 07h30min e 17h30min.





8.4.6. Após disponibilizado, o suporte técnico deverá permanecer ativo durante toda a vigência contratual, apto a atender às demandas dos usuários e solucionar eventuais problemas relacionados ao sistema.

8.4.7. A contratada deverá garantir que o atendimento do suporte técnico ocorra de forma compatível com a solução contratada, assegurando qualidade e eficiência na prestação do serviço.

8.4.8. O atendimento deverá ser prestado de forma contínua dentro do horário estabelecido, com prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis para resolução de requisições, incidentes ou problemas.

8.4.9. O suporte remoto deverá disponibilizar ferramenta de acesso remoto, cuja utilização dependerá de prévia autorização da contratante.

8.4.10. As manutenções programadas deverão ser comunicadas à Prefeitura com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

8.4.11. As manutenções emergenciais deverão ser comunicadas imediatamente à Prefeitura, acompanhadas de justificativa, de modo a possibilitar a verificação do cumprimento dos níveis de serviço e das condições contratuais.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO;

9.1. A solução a ser contratada deverá consistir em plataforma eletrônica destinada à pesquisa e comparação de preços públicos, acessível via internet, com a finalidade de subsidiar a formação de estimativas de preços nos processos licitatórios, dispensas e demais contratações realizadas pela Administração Pública Municipal.

O sistema deverá operar integralmente em ambiente web, sem necessidade de instalação local, permitindo acesso mediante login e senha individualizados, de modo a possibilitar a utilização pelos servidores previamente autorizados pela Administração.

A plataforma deverá disponibilizar base de dados atualizada e estruturada, contendo informações de preços praticados em contratações públicas, possibilitando a realização de pesquisas por meio de filtros e parâmetros que facilitem a identificação de objetos semelhantes ao que se pretende contratar.





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS



GESTÃO 2025/2028

Para garantir maior confiabilidade às estimativas de preços, o sistema deverá permitir a realização de consultas em múltiplas fontes de dados provenientes de contratações públicas, contemplando, no mínimo, informações oriundas das seguintes bases:

- I – Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- II – Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br;
- III – Portal de Compras Públicas;
- IV – Licitanet;
- V – BLL – Bolsa de Licitações e Leilões;
- VI – BNC – Bolsa Nacional de Compras;
- VII – bases de dados disponibilizadas por Tribunais de Contas, incluindo sistemas de acompanhamento de contratações públicas;
- VIII – portais da transparência e registros de notas fiscais eletrônicas vinculadas a compras públicas, quando disponíveis;
- IX – atas de registro de preços, contratos administrativos e resultados de processos licitatórios realizados por órgãos e entidades da Administração Pública.

A solução deverá possibilitar a realização de pesquisas por descrição do item, palavra-chave, unidade de medida, período da contratação, órgão contratante e outros filtros disponíveis, facilitando a obtenção de resultados compatíveis com o objeto pesquisado.

Deverá, ainda, permitir a seleção e consolidação dos registros encontrados, possibilitando a análise comparativa entre os valores coletados, bem como a aplicação de metodologias de apuração do preço estimado, tais como média aritmética, mediana ou menor preço obtido, conforme critérios adotados pela Administração.

O sistema deverá disponibilizar funcionalidade para geração de relatórios completos de pesquisa de preços, contendo, no mínimo, a identificação das fontes consultadas, os valores obtidos, a memória de cálculo e a metodologia aplicada para formação do preço estimado, permitindo sua adequada instrução nos processos administrativos.

Adicionalmente, a plataforma deverá permitir a exportação dos relatórios em formatos compatíveis com documentos administrativos, bem como o armazenamento das pesquisas realizadas, assegurando a rastreabilidade das informações utilizadas na formação das estimativas de preços.

Dessa forma, os requisitos estabelecidos visam garantir que a solução contratada disponibilize ferramenta robusta, confiável e adequada às necessidades da Administração Pública Municipal, contribuindo para a melhoria da qualidade das pesquisas de preços e para o fortalecimento da governança nas contratações públicas.





10. DA EXECUÇÃO

10.1. A execução do objeto consistirá na disponibilização de licença de uso de plataforma eletrônica/software destinada à pesquisa e comparação de preços públicos, acessível por meio da internet, com a finalidade de subsidiar a realização de pesquisas de preços para instrução de processos licitatórios, contratações diretas e demais procedimentos administrativos relacionados às contratações públicas da Administração Municipal.

Após a formalização da contratação, a empresa contratada deverá disponibilizar o acesso ao sistema no prazo estabelecido pela Administração, fornecendo os respectivos dados de acesso (login e senha) aos servidores autorizados.

A plataforma deverá permanecer disponível durante todo o período de vigência contratual, assegurando estabilidade de acesso, atualização periódica da base de dados e pleno funcionamento das funcionalidades necessárias à realização das pesquisas de preços.

A contratada deverá disponibilizar acesso integral à plataforma, sem limitação quanto ao número de usuários, permitindo a utilização simultânea pelos servidores designados pela Administração, de acordo com as demandas administrativas.

Como parte da execução do objeto, a contratada deverá realizar treinamento presencial (in loco) aos servidores indicados pela Administração Municipal, com o objetivo de capacitá-los para a adequada utilização das funcionalidades do sistema, incluindo a realização de pesquisas de preços, aplicação de filtros, geração de relatórios e demais recursos disponíveis na plataforma.

O treinamento deverá contemplar orientações práticas sobre a utilização do sistema, bem como esclarecimentos quanto às metodologias de pesquisa e às funcionalidades disponíveis, de modo a assegurar que os usuários estejam aptos a operar a ferramenta de forma eficiente no desempenho de suas atividades.

A contratada deverá disponibilizar suporte técnico aos usuários durante toda a vigência contratual, por meio de canais de atendimento adequados, com a finalidade de prestar esclarecimentos, dirimir dúvidas e solucionar eventuais problemas relacionados à utilização da plataforma.

Adicionalmente, a plataforma deverá disponibilizar campo ou canal específico de suporte integrado ao próprio sistema, por meio do qual o servidor responsável pela pesquisa de preços poderá, quando necessário, solicitar auxílio técnico da equipe da contratada para a composição da cesta de preços referente a determinado objeto de contratação.





O atendimento deverá ocorrer dentro do próprio ambiente da plataforma, mediante ferramenta de suporte integrada, de modo que todas as solicitações, comunicações, registros de atendimento e respectivas respostas permaneçam devidamente documentados no sistema, garantindo maior rastreabilidade, transparência e organização das informações.

Nessas situações, a equipe de suporte da contratada poderá auxiliar na realização das pesquisas e na consolidação das informações necessárias à formação da cesta de preços, utilizando as bases de dados disponíveis no sistema, devendo disponibilizar o resultado diretamente na plataforma para acesso do servidor solicitante.

Caberá ao servidor responsável pela solicitação realizar a conferência, validação e aceitação das informações apresentadas, permanecendo sob sua responsabilidade a análise final e a utilização dos dados para instrução do processo administrativo.

O servidor poderá, ainda, promover ajustes, exclusões ou modificações nas informações disponibilizadas, diretamente no sistema, caso entenda necessário, antes da utilização da pesquisa para instrução do respectivo processo.

Dessa forma, a execução do objeto deverá assegurar à Administração Municipal acesso contínuo, amplo e eficiente à ferramenta de pesquisa de preços, bem como suporte técnico adequado e capacitação necessária para sua plena utilização pelos servidores responsáveis pela condução dos processos de contratação pública.

11. GESTÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O detentor da Ata de Registro de Preços deverá executar fielmente as obrigações assumidas, em conformidade com as cláusulas pactuadas e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. O fiscal da Ata de Registro de Preços deverá registrar, em histórico próprio de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à sua execução, contendo a descrição detalhada dos fatos necessários à regularização de eventuais falhas ou irregularidades identificadas, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A fiscalização da execução contratual será realizada no momento da prestação dos serviços previstos neste Termo de Referência e no respectivo edital, sendo exercida por servidor designado pela Administração Municipal, cuja nomeação será formalizada junto à elaboração do contrato.

12. DO PAGAMENTO





12.1. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente no que se refere à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração comunicar a contratada para emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa da execução, para fins de liquidação e pagamento.

12.2. O prazo para solução, pela contratada, de inconsistências na execução do objeto ou para saneamento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.

12.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, condicionado à emissão da respectiva Nota Fiscal.

12.4. A contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, as seguintes certidões de regularidade fiscal e trabalhista:

12.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais, unificada com a CND-INSS, expedida pela Receita Federal do Brasil, bem como Certidão de Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

12.4.2. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais;

12.4.3. Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais;

12.4.4. Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

12.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

13. CRITÉRIOS DE FORNECIMENTO

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, na **MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**, adotando-se como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

14. ESTIMATIVA DE VALOR

14.1. Estima-se o valor da contratação em **R\$ 32.066,71 (trinta e dois mil e sessenta e seis reais e setenta e um centavos)**;

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS



GESTÃO 2025/2028

15.1. A despesa financeira decorrente da aquisição dos objetos supracitados definidos ocorrerá por dotação orçamentária das secretarias municipais e departamentos participantes do certame:

ORGÃO	UNID	PROJ/ATIV	DESCRIÇÃO	CATEGORIA	FICHA	FUNTE
02	04	2023	MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	3.3.90	47	500

16. PRAZO DE VALIDADE

16.1. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, caso seja feito contrato, a data de validade será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do mesmo, levando em consideração o prazo de eventuais prorrogações.

17. DA GARANTIA

17.1. Os itens a serem adquiridos devem possuir garantia conforme preleciona o Código de Defesa do Consumidor em sua Seção III - Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço. (Lei Federal n.º 8.078/1990).

18. LOCAL DE ENTREGA DOS OBJETOS REQUISITADOS

18.1. Considerando a natureza do objeto contratado, consistente na disponibilização de licença de uso de plataforma eletrônica destinada à pesquisa e comparação de preços públicos, a execução do serviço ocorrerá em ambiente virtual, por meio de acesso à plataforma disponibilizada pela contratada, acessível via internet.

Dessa forma, não haverá entrega física de bens, sendo o objeto considerado disponibilizado mediante a liberação de acesso ao sistema aos servidores indicados pela Administração Municipal, permitindo sua utilização nas dependências da Prefeitura Municipal ou em qualquer outro local, desde que haja conexão com a internet.

Para fins de capacitação dos usuários, o treinamento deverá ser realizado de forma presencial (in loco), nas dependências da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos/MT, em data e horário a serem definidos em comum acordo entre as partes, após a formalização da contratação.

Eventuais atividades de suporte técnico, atendimento e acompanhamento da utilização da plataforma poderão ser realizadas de forma remota, por meio dos canais de atendimento disponibilizados pela contratada, sem prejuízo da possibilidade de atendimento presencial, quando solicitado pela Administração.

Dessa forma, o objeto será considerado plenamente executado mediante a disponibilização da plataforma, a liberação dos acessos aos usuários, a realização do treinamento presencial e a prestação contínua do suporte técnico, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.





19. DO PRAZO PARA ENTREGA

19.1. A contratada deverá disponibilizar o acesso à plataforma eletrônica objeto da presente contratação em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, mediante a liberação dos respectivos acessos (login e senha) aos servidores indicados pela Administração Municipal.

A disponibilização do sistema deverá ocorrer de forma a garantir pleno acesso às funcionalidades da plataforma, incluindo as ferramentas de pesquisa de preços, geração de relatórios, consulta às bases de dados e demais recursos previstos neste Termo de Referência.

Após a liberação dos acessos, a contratada deverá proceder com o agendamento do treinamento presencial (in loco) aos servidores indicados pela Administração, em data a ser definida em comum acordo entre as partes, assegurando a devida capacitação dos usuários para utilização das funcionalidades do sistema.

Durante todo o período de vigência contratual, a plataforma deverá permanecer ativa, acessível e plenamente funcional, garantindo aos usuários o acesso contínuo às ferramentas de pesquisa de preços e às bases de dados disponibilizadas pela solução contratada.

Eventuais atualizações, manutenções ou melhorias do sistema deverão ser realizadas pela contratada sem prejuízo à continuidade da prestação do serviço, devendo ser previamente comunicadas à Administração sempre que possam ocasionar impacto temporário no acesso à plataforma.

20. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO

20.1. A empresa contratada fornecerá os materiais/serviços requisitados e ficará responsável pela entrega na qualidade e na sua totalidade conforme discriminado neste termo de referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.2. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência ou na minuta de contrato;

21.3. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/2021;





- 21.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);
- 21.5. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 21.6. Responsabilizar-se, independente dos motivos de falta de seus empregados, pela entrega de todos os produtos especificados;
- 21.7. Manter em dia o pagamento do salário do pessoal alocado aos serviços, bem como dos respectivos encargos social, que são de sua inteira responsabilidade;
- 21.8. Responder por qualquer acidente de que possam ser autores ou vítimas seus empregados, bem como terceiros;
- 21.9. Responder pelos danos, dolosos ou culposos, causados pelos seus empregados aos bens da prefeitura municipal durante o período da entrega dos produtos.
- 21.10. Reparar, as suas expensas, os produtos e serviços rejeitados pela administração, por terem sido entregues em desacordo com as especificações normas aplicáveis ou com as boas técnicas;
- 21.11. Comunicar a prefeitura municipal através do gestor da pasta, a ocorrência de qualquer fato ou condições que possam atrasar ou impedir a logística de entrega dos produtos e serviços, no todo ou em parte, de acordo com os prazos estabelecidos, indicando as medidas para corrigir a situação.

22. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 22.1. Receber o objeto requisitado, disponibilizando local, data e horário;
- 22.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 22.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos e serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução da entrega dos produtos ou serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 22.4. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 22.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos e serviços recebidos com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 22.6. Efetuar o pagamento no prazo previsto neste termo de referência e posterior edital;





23. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

23.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica necessária à execução do objeto da presente contratação, a empresa interessada deverá demonstrar aptidão para o fornecimento de plataforma eletrônica destinada à pesquisa e comparação de preços públicos, compatível com as características e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Para tanto, deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa já forneceu ou fornece solução tecnológica compatível com o objeto desta contratação, consistente na disponibilização de sistema ou plataforma eletrônica voltada à realização de pesquisas de preços para instrução de processos licitatórios, contratações diretas e demais procedimentos administrativos relacionados às contratações públicas.

São José dos Quatro Marcos – MT, 25 de março de 2026.

Marlon Lincon Puger de Oliveira

Chefe de Departamento de Compras da Administração





PREFEITURA DE SÃO JOSE DOS QUATRO MARCOS
AVENIDA DR. GUILHERME PINTO CARDOSO, Nº 539- CENTRO
SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - MT - CEP: 78.285-000
FONE: (65) 32512110 - CNPJ: 15.024.029/0001-80



CÓDIGO DE ACESSO
AE22FA45F5FE41DCB80686C9D3EC7340

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: MARLON LINCON PUGER DE OLIVEIRA em 25/03/2026 16:47:32
CPF:***.***-591-37
Certificadora: PREFEITURA DE SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://saojosedosquatromarcos.flowdocs.com.br:2083/public/assinaturas/AE22FA45F5FE41DCB80686C9D3EC7340>